

LUGAR DE FALA DAS SENADORAS SOBRE O IMPEDIMENTO DE DILMA ROUSSEFF

Antonio Teixeira de Barros¹

Myriam Violeta Cavalhero²

Resumo: O estudo analisa como se comportaram discursivamente, durante o julgamento do *impeachment* de Dilma Rousseff, as mulheres que compunham o Senado Federal, instância responsável por julgar o impedimento dos presidentes da República. O foco da análise está no lugar de fala que orienta a perspectiva social das parlamentares. Conclui-se, pelas análises, que o posicionamento político e discursivo nem sempre coincidiu com o espectro ideológico e que, a depender desse espectro, o discurso da desigualdade entre homens e mulheres, principalmente na arena política, foi valorizado ou ignorado pelas senadoras, em consonância com as premissas de que o lugar de fala constitui um importante operador de sentidos, ao seguir a perspectiva social dos argumentos.

Palavras-Chave: Análise de discurso; *Impeachment*; Gênero; Desigualdade.

Abstract: The study analyzes how the women who made up the Federal Senate, the body responsible for judging the *impeachment* of presidents of the Republic, behaved discursively during the *impeachment* trial of Dilma Rousseff. The focus of the analysis is on the discursive position, which guides the social perspective of the parliamentarians. The analysis concludes that the political and discursive positioning did not always coincide with the ideological spectrum and that, depending on this spectrum, the discourse of inequality between men and women, especially in the political arena, was valued or ignored by the senators, in consonance with the premises that the place of speech constitutes an important operator of meanings, following the social perspective of the arguments.

Keywords: Discourse analysis; *Impeachment*; Gender; Inequality.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Sociologia - Universidade de Brasília; Professor Adjunto - Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados; Email: antonibarros@gmail.com; ORCID: 0000-0002-3061-8202.

2 Mestre em Poder Legislativo - Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados; Servidora - Senado Federal; E-mail: myriam.violeta@gmail.com; ORCID: 0000-0001-9065-7556.

Introdução

Dos políticos, espera-se que um pronunciamento, uma intervenção oral, um texto, uma postura, emprestem sentido ao que está sendo comunicado e, acima de tudo, que se acerquem do que se pretende como verdade (Barros, 2020). Debruçar-se sobre o tema se torna mais instigante quando se parte da premissa de que existem verdades, no plural. Cada ser, cada grupo, cada comunidade no espaço de sua própria verdade, contrapondo-se a outras verdades, por meio da argumentação e de seu lugar de fala. Isso se torna ainda mais evidente no espaço público parlamentar, instância na qual as manifestações discursivas são vistas como “a alma do processo legislativo” (Paiva, 2006), pois o discurso “é um dos meios pelos quais a política se materializa” (Moreira, 2016, p. 12).

Poucos estudos se dedicaram a examinar as manifestações orais das parlamentares no caso específico do *impeachment* da ex-presidente da República, Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, para delinear a formação discursiva em torno da identidade da mulher na política. Dentre os raros estudos brasileiros, Silva e Sampaio (2017) analisaram as páginas das 13 senadoras que participaram do processo de impedimento, na plataforma do Facebook, bem como as interações dos usuários dessa rede social, com vistas a “verificar as especificidades dos diferentes discursos do ódio e as características semânticas” (Silva; Sampaio, 2017). A premissa dos estudiosos é que seria possível observar, por meio de tais interações, se havia manifestações preconceituosas de cunho misógeno e sexista. Porém, a atual produção acadêmica, carece de investigações sobre as falas dessas mulheres, em relação ao processo do impedimento da presidente da República, no ambiente do plenário do Senado, em tribuna ou outros debates.

Foi exatamente uma disputa de discursos o que se observou durante o processo do *impeachment* no Congresso Nacional, a partir da perspectiva social dos diferentes atores. Importa, portanto, investigar o posicionamento discursivo das senadoras ao longo das discussões sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff, no Senado Federal, para compreender se, efetivamente, os pronunciamentos, a partir das noções de lugar de fala e de perspectiva social.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho, de modo específico, contabilizou o número de pronunciamentos proferidos pelas 13 senadoras no período de 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, no Plenário do Senado Federal. Os discursos aqui analisados foram extraídos diretamente do banco de pronunciamentos do Senado Federal. O repositório armazena de forma permanente todas as manifestações orais dos senadores, seja nas

comissões, seja no Plenário, os quais estão disponíveis para acesso público em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos>.

Dentre o número encontrado, fez-se uma separação daqueles que trataram especificamente do tema do *impeachment*, para desse modo mapear quem (e quantas vezes) utilizou a palavra no plenário abordando o assunto e, ao final, investigar o comportamento discursivo delas com ênfase na identidade construída sobre as próprias mulheres.

Antes da análise apresentamos um breve panorama sobre a atuação das mulheres nas arenas políticas “A mulher na política: teorias e realidade”. O segundo item engloba os conceitos de discurso, lugar de fala e perspectiva social, uma vez que a análise é baseada nesse referencial. A terceira seção descreve quem as senadoras julgaram e o que disseram, incluindo ainda aspectos como perfil político das senadoras que participaram do debate, de que lugar as senadoras julgaram Dilma Rouseff, o sexo como posição social.

1 A mulher na política: teorias e realidade

De acordo com os historiadores Cajado e Cardoso (2011), a introdução do voto feminino, em 1932, indicava o surgimento de uma nova percepção social sobre o eleitor, como indivíduo, cuja expressão de vontade devia ser assegurada. Trinta anos depois, durante as décadas de 1960 e 1970, as mulheres passaram a se manifestar por outras demandas como liberdade sexual e dos costumes e inserção em mercados de trabalho, além do direito ao divórcio (Amaro, 2014; Barry, 2019; Biroli, 2018; Pinto; Silveira, 2018).

Para os efeitos desta análise, contribui expor o horizonte da sub-representação feminina de maneira a ratificar a importância em lançar um olhar sobre o comportamento discursivo das senadoras no processo do *impeachment* de ninguém menos que a primeira mulher a alcançar, totalmente dentro das regras democráticas vigentes, o cargo representativo mais alto do país.

A exclusão das mulheres das arenas políticas é provocada principalmente pela divisão sexual do trabalho doméstico (Biroli, 2018). Isso faz com que as mulheres estejam sub-representadas, uma vez que, ao ser levada a se dedicar mais à casa, à família e a tudo que diz respeito a esse universo, elas findam a um menor acesso a tempo livre e renda e, por consequência, a menores chances de influenciar nas decisões e na produção das normas que as afetam diretamente; o que culmina comprometendo a cidadania delas, pois tal divisão provoca obstáculos ao acesso a ocupações e recursos, à livre participação

política e inclusive à autonomia nas decisões na vida em âmbito doméstico e íntimo (Biroli, 2018).

Entretanto não são apenas os aspectos econômicos que influenciam nas desigualdades. Os padrões excludentes encontrados na conformação interna e externa das famílias também são replicados nas leis e políticas públicas com suas consequências, como o reconhecimento social desigual e a concorrência desigual a direitos e recursos materiais (Biroli, 2018).

A sub-representação feminina também está calcada na maneira como elas acessam a arena política no Brasil regida por regras eleitorais que determinam como – e se – a mulher irá alcançar espaços no Parlamento ou no Executivo. A Lei nº 9.100, de 1995, foi a primeira a estabelecer o percentual de 20% de mulheres nas listas partidárias para as eleições do ano de 1996. Esse percentual subiu para 25% em 1997 e para 30% a partir do ano 2000, conforme a Lei nº 9.504, de 1997, conhecida como Lei das Eleições (Pinto, 2001).

Bolognesi (2012) avalia as consequências das cotas de gênero no recrutamento de candidatas para as eleições no Brasil. Entende que a política de cotas para as candidaturas femininas é uma política pública e observa que seus estudos conduzem à conclusão de que o ponto de convergência nos achados teóricos e empíricos é que “a política de cotas, como política pública, tem impacto positivo na participação e no recrutamento de mulheres na política” (Bolognesi, 2012, p. 115). Young (2006) também vê nas cotas partidárias, enquanto dispositivo político proposto especificamente a aumentar a representação dos grupos sociais sub-representados, uma forma importante de promover a maior inclusão de mulheres nos espaços de tomada de decisão (Young, 2006).

A cota definida na Lei das Eleições (mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, por cada partido ou coligação) se aplica para as eleições proporcionais, ou seja, para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as assembleias legislativas dos estados e as câmaras municipais. Entretanto, a existência de uma lei não implica necessariamente que o sistema político possibilita a plena participação feminina nas eleições (Alonso, 2009).

Para Alonso (2009), a chave para a inclusão das mulheres na política passa necessariamente pela democratização das estruturas partidárias e das formas de recrutamento político. Nesse aspecto, tradicionalmente os partidos sempre investiram nos atributos dos homens. Essa lógica prevalece ainda hoje. Logo, sem alterações estruturais nessa lógica, nenhuma lei de cotas femininas será eficiente, segundo a visão da autora.

O ponto central, portanto, “é que este mercado é controlado por uma elite masculina que tende a reproduzir padrões em uma tentativa de perpetuar e manter parcela de poder que constituem os partidos políticos” (Alonso, 2009, sem paginação). Dessa forma, enquanto as mulheres tentam (em vão) mudar a política, relegadas à periferia dos partidos e do sistema político, os homens mantêm o monopólio das regras e lógicas do principal instrumento para manter tudo como lhes convém: o recrutamento (Norris; Lovenduski, 1993). O recrutamento partidário é a parte essencial da formação de novas lideranças e compreende um amplo e longo processo que pode ser dividido em três etapas: (a) filiação, (b) formação/treinamento e (c) ocupação de alguma posição de importância para o partido, seja fora ou dentro dele.

Apesar da ênfase à importância dos recursos financeiros para o sucesso eleitoral, Moritz e Schulz (2015) complementam que há uma fortuna de recursos políticos que também deve ser considerada para a construção de uma trajetória política no interior dos partidos ou até mesmo antes do ingresso como filiada. São esses recursos que permitem a construção de uma carreira política, fruto de consistentes redes de contatos e uma carreira de militância. Assim, as autoras não ignoram ou diminuem a importância do capital econômico, mas chamam atenção para a relevância do capital político e do capital social das candidatas, o que é favorecido pelo acesso delas às organizações partidárias, começando pelo recrutamento, filiação e a própria redefinição do papel da mulher e das políticas de gênero (Potetchi, 2019). Tudo faz com que até os grandes partidos elejam cada vez menos mulheres, considerando todos os níveis de pleitos eleitorais (Barry, 2019; Gilmore, 2019).

Em suma, falta apoio dos partidos para a construção de “escada de acesso” para as mulheres nos termos de Álvares (2008, p. 904). Conforme ela mesma explica, essa escada deveria ter os seguintes degraus: (a) alistamento eleitoral; (b) simpatia pelos partidos; (b) filiação eleitoral; (c) candidatura (d) eleição; (e) exercício do mandato.

Os autores citados avaliam que enquanto os homens levam vantagem, uma vez que não precisam de apoio, treinamento e informações sobre as causas e os efeitos da dominação masculina na política sobre as mulheres; elas, ao ocuparem posições de poder, por vezes não têm a capacidade de gerenciar o novo papel encontrado, o que os autores estudados chamam de inconsistência de status. O fato de elas não se relacionarem com suas posições recém-encontradas e tendo ainda o poder limitado, pelo menos no que diz respeito ao local político, mantém a existência do teto de vidro; teto este que limita eficiência das mulheres nesse âmbito (Zamfirache, 2010).

2 Análise de discursos, perspectiva social e lugar de fala das senadoras

Em “A ordem do discurso”, Foucault defende que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 2006a). Tem-se que, no Parlamento, apenas um pequeno grupo, escolhido nas urnas, pela vontade popular, é detentor desse **lugar de fala**. Depreende-se no presente estudo, sob essa perspectiva do estudioso, que existe o *ethos* permanente das parlamentares que falam, qual seja, o de “representantes do povo” e, desse modo, legítimas para falar no processo do *impeachment*. Soma-se a essa identidade, no caso específico do julgamento da presidente da República, o **lugar de fala** definido pela Constituição Federal, qual seja o de magistrada. Entende Foucault (2015) que a sociedade legitima o que deve ser dito por algumas pessoas e não por outras e diz que o **lugar de fala** pode ser definido a partir da posição e da situação de quem fala e em relação aos domínios e objetos.

Explica Orlandi (2009, p. 49) que os sujeitos discursivos ocupam posições em relação a outros e que as tais posições são intercambiáveis, ou seja, o sentido do que está sendo dito tem relação com a formação discursiva em que as palavras estão inscritas. Para além desses dois lugares, de representantes e magistradas, as julgadoras da presidente da República, eram mulheres a sentenciar uma mulher. E mais alhures, pessoas com papéis sociais que, na concepção de Bourdieu (2013), detentoras, de por si, do próprio **capital de reputação**.

A noção de lugar de fala, emprestada originalmente de Foucault, foi problematizada por Spivak (1985). A autora chama atenção de forma crítica para a função de mediação discursiva dos intelectuais no âmbito de discussões públicas sobre problemas sociais, especialmente quando cientistas sociais, jornalistas ou representantes de movimentos sociais falam em nome das vítimas de vulnerabilidades sociais, designados pela autora como “subalternos”. Em sua crítica, a referida autora aponta como alternativa a busca de oportunidades e condições que permitam que tais cidadãos consigam falar por si mesmos, sem a mediação de terceiros. Assim, o lugar de fala original desses sujeitos seria restabelecido e dignificado, em conformidade com a premissa de soberania cidadã expressa pela capacidade de livre expressão na esfera pública.

Ribeiro (2019) amplia a reflexão sobre o conceito de lugar de fala, ao questionar como ocorrem os debates públicos, em contextos de exclusão, silenciamentos de sujeitos sociais. Assim, em vez de refletir as diversidades de vozes e de condições de vida, os debates conduzidos pela lógica da supervalorização do lugar de fala de determinados sujeitos sociais, em

detrimento de outros, conduz a um modo de pensar que contribui para a reprodução e manutenção das desigualdades sociais, dos estigmas identitários, dos preconceitos e das variadas formas de exclusão.

Esse debate remete ao conceito de perspectiva social, ou seja, um posicionamento socialmente situado, uma forma de compreender a realidade a partir de um lugar social determinado pela classe ou, no caso das mulheres, pelo gênero (Young, 2006). Nesse contexto, uma forma de promover a conciliação entre representação e justiça seria por meio da representação política das perspectivas femininas. Segundo Young (2006), a noção de perspectiva não se confunde com interesses nem opiniões. O interesse é entendido como algo que “afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações” (Young, 2006, p. 158). As opiniões são “princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa à medida que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados” (*Idem*, pp. 159-160).

A perspectiva social é algo mais denso do que interesses e opiniões, pois é diretamente condicionada pela posição que a pessoa ocupa na sociedade, em função de sua classe, renda, gênero, cor ou etnia. Por essa razão, pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento (Young, 2006).

A noção de posições sociais – presente tanto no conceito de lugar de fala quanto na noção de perspectiva social – envolve um conjunto amplo de variáveis como sexo, escolaridade, faixa etária, nível de renda, estado civil, atividade profissional, religião, entre outras. Tais variáveis interferem diretamente na perspectiva dos atores sobre política, pois são vistas como variáveis culturais expressivas nos processos de renovação ou conservação das mentalidades políticas. Análises empíricas mostram que “variáveis como educação, rendimento e participação no mercado de trabalho correlacionam positivamente com igualdade de gênero”. Por outro lado, “a idade (ser mais idoso), a pertença religiosa, a conjugalidade (ser casado) e possuir filhos correlacionam negativamente com posições de gênero mais igualitárias” (Araújo; Scalón, 2006, p. 48).

Em suma, o lugar de fala é construído a partir da posição social do sujeito, expressando sua perspectiva sobre um tema, com base na sua identidade, autoridade ou especialização. Assim, o lugar de fala das senadoras de esquerda, de centro ou de direita expressam as orientações dos respectivos espectros ideológicos, além das perspectivas sociais que moldaram e orientam suas carreiras, mandatos e posturas no âmbito do Senado Federal.

3 Quem as senadoras julgaram

Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947 na cidade de Belo Horizonte (MG). É a segunda de três filhos de um imigrante búlgaro com uma brasileira. Aos 16 anos, passou a integrar organizações de combate ao regime militar. Condenada por subversão, permaneceu presa de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista. Já em liberdade, se mudou para Porto Alegre em 1973. Em 1976, deu à luz a única filha. Em 1979, com o marido Carlos Araújo, ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Rio Grande do Sul. Em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar, participou da campanha de Leonel Brizola à presidência da República e, no segundo turno, saiu às ruas por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dilma ocupou por duas vezes o cargo de Secretária de Estado de Minas e Energia do Rio Grande do Sul: em 1993, no governo de Alceu Collares (PDT) e em 1998, com Olívio Dutra (PT). Em 2000 filiou-se ao PT. Em 2002, foi convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Foi ministra de Minas e Energia do primeiro governo Lula, entre 2003 e 2005.

Em 2005, passou a ocupar a chefia da Casa Civil e assumiu o comando de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reunia mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras. Coordenou ainda a Comissão Interministerial que definiu as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal.

Em março de 2010, Dilma e Lula lançaram a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), com as metas maiores que da primeira versão. Em 03 de abril do mesmo ano, Dilma deixou a equipe do governo federal para se candidatar à presidência da República, oficializada em 13 de junho. Aos 63 anos de idade, foi eleita a 36ª presidente do Brasil, e primeira mulher nesse cargo, com 55.752.529 de votos no segundo turno das eleições (Brasil, 2010). Seu vice era o ex-deputado Michel Temer (MDB). A presidente Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer seriam reeleitos, em 2014, com 51,64% dos votos válidos, ou 54.501.118 em números absolutos, obtidos também em segundo turno (Brasil, 2019).

O processo do *impeachment* teria se dado em função da retirada de apoio do PT, partido da presidente, e do MDB, partido do vice, porque Dilma teria insistido na reeleição e não cumprido acordo de que o candidato do partido,

em 2014, seria o ex-presidente Lula (Moreno, 2017). Miguel (2016) define o impedimento da presidente como “golpe parlamentar”, levado a cabo por setores do Estado, meios de comunicação e empresários.

A alegação de golpe foi fartamente explorada pelas senadoras de esquerda, que também atribuíram, em diversos pronunciamentos, a um desejo de vingança, o fato de o deputado federal Eduardo Cunha ter iniciado o processo de *impeachment*. De acordo com essas senadoras, Cunha estava se vingando porque integrantes do PT no Conselho de Ética da Câmara haviam anunciado que votariam a favor da abertura do processo de cassação do então presidente daquela Casa.

Não só as senadoras da oposição, mas também as que compunham a base de apoio ao governo, usaram o argumento de que Dilma Rousseff carecia de apoio parlamentar. Para as primeiras, a linha de raciocínio corroborava o impedimento e um dos motivos seria a inabilidade administrativa; para as segundas, o apoio no Parlamento se dava por uma conspiração.

4 Quem eram as 13 mulheres que participaram do debate

Existiam no TSE, registrados, em janeiro de 2020, 33 agremiações partidárias (Brasil, 2020). Usou-se como referência, para distribuir as legendas no espectro ideológico, os estudos de Carreirão (2006), Krause e Godoi (2012) e a autodenominação feita pelos próprios partidos a um questionário aplicado pelo jornal O Globo, em março de 2016. Os critérios de Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) foram também considerados. Legendas antigas foram atualizadas, partidos extintos retirados e os novos (fundados ou surgidos de fusão) foram incorporados nesta classificação, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição dos partidos políticos no espectro ideológico

Direita	Centro	Esquerda
DEM	AVANTE	PCdoB
NOVO	CIDADANIA	PCB
PL	DC	PCO
PP	MDB	PDT
PRTB	PATRIOTA	PSB
PSC	PMB	PSOL
PSD	PMN	PSTU
PSL	PODE	PT
PTB	PROS	SOLIDARIEDADE
PTC	PSDB	UP
REPUBLICANOS	PV	
	REDE	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE (2020).

O Quadro 2 mostra a distribuição nominal das 13 senadoras, no espectro ideológico, conforme o partido que integravam no ano de 2016.

Quadro 2 - Distribuição das senadoras no espectro ideológico

Esquerda	Centro	Direita
Ângela Portela	Kátia Abreu	Ana Amélia
Fátima Bezerra	Marta Suplicy	Maria do Carmo Alves
Gleisi Hoffmann	Rose de Freitas	
Lídice da Mata	Simone Tebet	
Lúcia Vânia		
Regina Sousa		
Vanessa Grazziotin		

Fonte: Elaborado própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

5 O que as senadoras disseram: lugar de fala e perspectiva social

O levantamento a seguir foi feito na página do Senado Federal. Desse resultado, montou-se uma tabela com todos os pronunciamentos e seus respectivos endereços eletrônicos para futuras consultas. Em seguida, procedeu-se a leitura minuciosa de cada um, para verificar se o objeto *impeachment* havia sido abordado. Os que tratavam do assunto foram separados para contabilização, cujo resultado está na Tabela 1.

Juntas, as 13 mulheres que integravam a 55ª Legislatura proferiram 621 manifestações orais entre os dias 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016. Desse universo, 273 manifestações abordaram o tema do *impeachment*. As três primeiras com maior número de manifestações de fala foram as senadoras da base de apoio da presidente Dilma: Vanessa Grazziotin (PC do B - AM), com 69 pronunciamentos; Gleisi Hoffmann (PT - PR), com 48; e Fátima Bezerra (PT - RN), com 45. Marta Suplicy (MDB - SP) e Maria do Carmo Alves (DEM - SE) usaram a palavra apenas uma vez no período para tratar do tema.

Procedeu-se uma distribuição em termos percentuais do número total de pronunciamentos de cada parlamentar em relação ao uso desse gênero discursivo para tratar do assunto. Comparados ao número total de pronunciamentos (100%) em plenário, verificou-se que 43,96% se realizaram com o intuito de abordar o processo de *impeachment*. A senadora Ângela Portela (PDT-RR) foi a que mais dedicou o próprio tempo de fala para tratar da questão: 92,85%.

Das quatro senadoras classificadas ao centro, apenas Kátia Abreu (PP - TO), à época no MDB, e que defendia a permanência da presidente Dilma no cargo, ultrapassou a casa dos 50%. As senadoras de centro que defendiam o impedimento, Marta Suplicy (MDB - SP) e Simone Tebet (MDB - MS), não dedicaram tanto tempo de fala ao tema; a primeira abordou a questão em apenas um dos dez pronunciamentos que proferiu no período, o equivalente a 10% do tempo total de fala. Simone Tebet (MDB - MS) foi a segunda colocada em números absolutos, entre as senadoras que defendiam o impedimento e a primeira, entre as de centro, com 15 pronunciamentos. Entretanto, em termos percentuais, dedicou ao assunto menos do próprio tempo de fala (42,85%) que Kátia Abreu. A outra senadora de centro, Rose de Freitas, que deixou o MDB em abril de 2018 e se filiou ao Podemos, foi designada líder do Governo no Congresso Nacional pelo presidente em exercício, Michel Temer, em junho de 2016, e usou 20% do próprio tempo de fala para tratar do impedimento.

Uma das duas senadoras classificadas no espectro ideológico como de direita, Ana Amélia (PP-RS), usou 30% do seu tempo de fala em plenário no período para abordar o *impeachment*. Em números absolutos foi, dentre as parlamentares de direita e centro, a que mais se pronunciou sobre a questão, o que a destaca na presente análise como contraponto aos argumentos das senadoras de esquerda. Todos os 64 pronunciamentos, resultado da soma das falas das senadoras de direita e centro, sobre o impedimento, não alcançam o total proferido por uma única parlamentar da base aliada da presidente Dilma Rousseff, e campeã de uso da palavra para tratar o assunto, a senadora Vanessa Grazziotin (PC do B - AM), que falou em 69 momentos diferentes.

Ainda sob o parâmetro da percentualidade do tempo da própria fala, verificou-se que seis, das sete senadoras classificadas no espectro ideológico

como de esquerda, dedicaram acima de 40% de suas manifestações orais em plenário para defender a presidente Dilma Rousseff. Excetuando as senadoras Marta Suplicy e Rose de Freitas (PODE - ES), ambas de centro, o tempo médio de fala das outras 11 senadoras foi acima de 30% para discorrer sobre o tema, seja para defender a permanência da presidente na função, seja para pedir a saída de Dilma. Essa ocupação está resumida na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Frequência que as senadoras usaram a palavra entre 02/12/15 e 31/08/16 e uso do tempo para tratar do impeachment

Senadora	Partido	Estado	Número de pronunciamentos das senadoras no período	Discursos das senadoras sobre o <i>impeachment</i>	Em %
Ana Amélia	PP	RS	109	33	30,27%
Ângela Portela	PDT	RR	14	13	92,85%
Fátima Bezerra	PT	RN	95	45	47,36%
Gleisi Hoffmann	PT	PR	85	48	56,47%
Kátia Abreu	MDB (PP)	TO	13	09	69,23%
Lídice da Mata	PSB	BA	31	10	32,25%
Lúcia Vânia	PSB	GO	23	11	47,82%
Maria do Carmo Alves	DEM	SE	01	01	100%
Marta Suplicy	MDB	SP	10	01	10%
Regina Sousa	PT	PI	31	13	41,93%
Rose de Freitas	MDB (PODE)	ES	24	05	20,83%
Simone Tebet	MDB	MS	35	15	42,85%
Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM	150	69	46%
Total			621	273	43,96%

Fonte: Elaborada própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

Destaca-se que quase um terço dos pronunciamentos da maioria das senadoras se concentrou na sessão final de julgamento do pedido de

impedimento da presidente Dilma Rousseff, iniciado em 25/08/2016 e finalizado em 31/08/2016. Além da ocupação da tribuna, várias delas inquiriram testemunhas e informantes, que compareceram à sessão convocados pela defesa e acusação; apresentaram e contraditaram questões de ordem; além de orientarem suas bancadas sobre como votar. A Tabela 2 mostra a concentração de pronunciamentos entre os dias 25 e 31 de agosto de 2016.

Tabela 2 - Frequência que as senadoras usaram a palavra entre 25/08/15 e 31/08/16

Senadora	Partido	Número de pronunciamentos das senadoras no período	Discursos das senadoras sobre o <i>impeachment</i>	Nos dias 25 a 31/08/16
Ana Amélia	PP	109	33	07
Ângela Portela	PDT	14	13	03
Fátima Bezerra	PT	95	45	10
Gleisi Hoffmann	PT	85	48	10
Kátia Abreu	MDB (PP)	13	09	07
Lídice da Mata	PSB	31	10	08
Lúcia Vânia	PSB	23	11	05
Maria do Carmo Alves	DEM	01	01	0
Marta Suplicy	MDB	10	01	0
Regina Sousa	PT	31	13	07
Rose de Freitas	MDB (PODE)	24	05	02
Simone Tebet	MDB	35	15	06
Vanessa Grazziotin	PCdoB	150	69	19
Total		621	273	84

Fonte: Elaborada própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

6 De que lugar social as senadoras viam Dilma

A cada ato de fala, encontrou-se que elas emprestaram o sentido e a credibilidade do seu próprio **lugar de fala**. E boa parte dos argumentos eram justificados ou escolhidos, a partir deste lugar. Quanto maior o número de manifestações orais, a tendência observada foi de elevada menção aos próprios **lugares de fala**. O Quadro 3 resume, em ordem de número de citação, as diferentes posições nas quais as senadoras se colocaram a cada intervenção. A maioria das transcrições foram retiradas textualmente dos pronunciamentos, considerados os contextos em que os enunciados eram corroborados pelo

lugar de fala. Desse modo, comunicadora e jornalista (usadas como sinônimo pela senadora Ana Amélia) e parlamentar e senadora (usadas como sinônimo pela senadora Vanessa Grazziotin) foram contabilizados separadamente.

Gleisi Hoffmann se manifestou mais que Fátima Bezerra, entretanto, pouco lançou mão de se posicionar discursivamente para despertar os sentidos do alocutário (construção do *ethos*). Regina Sousa fez o mesmo número de pronunciamentos que Ângela Portela, ambas no total de 13, mas praticamente não declararam seus lugares de fala. Souza evocou somente a sua condição de professora, duas vezes, e de ex-moradora da zona rural, uma vez, para se posicionar em seus argumentos e Portela usou termos que permitiam que a mesma se colocasse como democrata e humanista.

Quadro 3 - Lugares de fala das senadoras no debate sobre o processo do *impeachment*

Senadora	Lugar de fala
Marta Suplicy	Representante legítima, brasileira
Rose de Freitas	Representante longeva, presidente da CMO
Simone Tebet	Advogada, professora, juíza (no processo de <i>impeachment</i>)
Ângela Portela	Democrata, humanista
Regina Sousa	Professora (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), ex-moradora da zona rural
Kátia Abreu	Primeira mulher ministra da Agricultura do país, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, representante dos produtores rurais
Lídice da Mata	Representante de seu estado, deputada constituinte, parlamentarista, política longeva, primeira mulher eleita senadora na Bahia, socialista, democrata, pacifista
Ana Amélia	Jornalista (se colocou nesse lugar em seis ocasiões), senadora independente (se colocou nesse lugar em dez ocasiões), comunicadora, legisladora, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (se colocou nesse lugar duas vezes), juíza de tribunal político, membro titular da Comissão Especial do <i>impeachment</i>
Fátima Bezerra	Professora (se colocou nesse lugar em 11 ocasiões), relatora do Fundeb no Congresso Nacional (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), pobre (não nascida em berço de ouro, humilde e proveniente da luta social e popular), deputada estadual, deputada federal (se colocou nesse lugar em três ocasiões), senadora (se colocou nesse lugar em seis ocasiões), relatora da Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial nacional do magistério (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), parlamentar, integrante da Comissão Especial do <i>impeachment</i> (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), mulher, nordestina, magistrada de tribunal de exceção (se colocou nesse lugar em duas ocasiões)

Gleisi Hoffmann	Mulher (se colocou nesse lugar em cinco ocasiões), mãe, militante política, senadora (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), ex-ministra Chefe da Casa Civil do governo Dilma (se colocou nesse lugar em seis ocasiões), paranaense (se colocou nesse lugar em três ocasiões), conhecedora do processo orçamentário, integrante da Comissão Especial do <i>impeachment</i> (se colocou nesse lugar em três ocasiões)
Vanessa Graziotin	Mulher (se colocou nesse lugar em dez ocasiões), parlamentar (se colocou nesse lugar em dez ocasiões), presidindo da sessão plenária (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), redatora de artigos, vereadora de Manaus (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), senadora (se colocou nesse lugar em nove ocasiões), de família simples, cidadã (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), analista de discursos, integrante da Comissão de assuntos Econômicos (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), defensora de investigações (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), deputada federal (se colocou nesse lugar em duas ocasiões), líder do PCdoB no Senado, integrante do PCdoB (se colocou nesse lugar em 14 ocasiões), farmacêutica, professora, parlamentarista, amazonense

Fonte: Elaborado própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

Defende Foucault (2015, p. 86) que o sujeito sempre ocupa uma posição em relação ao domínio dos objetos de que fala e que, de forma objetiva, isso tem a ver com o lugar em que ele está situado para ser sujeito daquilo que diz. Por essa perspectiva, não surpreende o elevado número de evocação da condição de “representante” observado nos pronunciamentos. Exemplos são os recortes das falas de Lídice da Mata e Marta Suplicy, que pouco se manifestaram em plenário sobre o *impeachment*. A primeira ao anunciar o voto contra a autorização do processo de *impeachment* no Senado e a segunda, ao anunciar o voto a favor.

Sempre fui uma defensora da democracia, uma militante da esquerda brasileira, eleita a primeira mulher Senadora pela Bahia, numa coligação com o PT e outros partidos que libertaram a Bahia do atraso e do coronelismo político. (Souza, 2016, p. 113, grifo nosso).

Somos representantes legítimos de nossos Estados, agentes políticos, e temos compromisso com a sociedade brasileira que representamos. [...] A nossa decisão, neste momento, reveste-se de enorme responsabilidade e da maior gravidade, pois a admissibilidade do processo implica o afastamento de uma Presidente da República (Suplicy, 2016, p. 28, grifo nosso).

Orlandi (2009, p. 48) explica que para que o sujeito possa produzir sentidos, ele necessita se submeter à língua e à história. Por essa perspectiva, observa-se o uso variado de adjetivos concernentes a imagens que traduzem estados internos como convicção, confiança, coragem, serenidade, alegria,

tristeza, esperança, entre outros. Uma vez mais o *pathos* e o *ethos* surgem juntos nos enunciados, nos quais a identidade das parlamentares se liga às sensações que pretendem evocar naqueles que estão escutando os pronunciamentos.

A evolução do processo de impedimento no Congresso Nacional provocou uma mudança no **estado de ânimo** declarado nos variados pronunciamentos das parlamentares de esquerda Fátima Bezerra, Vanessa Grazziotin e Gleisi Hoffmann, na qual elas passaram de “confiantes” a “tristes”. Abaixo, transcrições de três momentos, em ordem cronológica: antes da votação da admissibilidade na Câmara dos Deputados; após a aprovação, no Senado Federal, da continuidade do processo; e no dia da oitava da presidente Dilma Rousseff, no plenário do Senado Federal.

Vejam, minha gente, que **triste!** Eu não esperava viver momentos como o que estamos vivendo no País. É **lamentável**. [...] (Grazziotin, 2016, p. 20, grifo nosso).

Quero aqui expressar a nossa **confiança** de que a tese favorável ao *impeachment* não resistirá no plenário da Câmara dos Deputados. Não resistirá de maneira nenhuma (Bezerra, 2016, p. 10, grifo nosso).

Derrotada essa pauta do *impeachment* - e vai ser derrotada -, nós precisamos abrir o caminho para a retomada do diálogo e do esforço político para melhorar a economia e a vida do povo brasileiro (Hoffmann, 2016, p. 41-42, grifo nosso).

Explica Bourdieu (2013, p. 112) que “a própria linguagem revela sempre, além do que ela diz, a posição social daquele que fala (por vezes diz apenas isso), devido à posição que ocupa”. Entende o estudioso que esse posicionamento, no campo social, é o resultado de um confronto de estratégias simbólicas, com vistas a alterar tal posicionamento por meio da modificação das representações desse mesmo posicionamento. Aplicando tal abordagem no discurso das senadoras no processo de *impeachment*, nota-se que o constante uso dos **lugares de fala** era para atravessar o campo dos sentidos com vistas a conceder maior credibilidade ao que estava sendo falado.

No léxico das senadoras de esquerda, a palavra “luta” foi fartamente explorada. Já as senadoras de direita, usaram, regularmente, a expressão “responsabilidade”. De todo modo, dentre as senadoras que mais se pronunciaram, era possível constatar que tanto a utilização lexical quanto as representações, advinham da mesma fonte de onde retiravam seu **capital**

de reputação, como no caso de Fátima Bezerra, Regina Sousa e Vanessa Grazziotin, do movimento sindical; Rose de Freitas, Kátia Abreu e Gleisi Hoffmann, dos cargos técnicos já ocupados; Ana Amélia e Simone Tebet de suas profissões; Lídice da Mata, de sua experiência política; e Ângela Portela, de suas características de personalidade. Como Maria do Carmo Alves e Marta Suplicy fizeram somente uma manifestação oral, não foi possível aplicar a mesma análise às mesmas.

Outra característica dos discursos políticos, de acordo com Van Dijk (1997), é a polarização semântica, onde as ações típicas, no passado, presente e especialmente no futuro são postas numa posição de “nós” contra “eles”. Explica que há premissas explícitas e implícitas nas várias etapas da argumentação onde, amiúde, se segue o princípio geral do que ele chama de Quadrado Ideológico de apresentação positiva de si e negativa do outro. Foi essa polarização semântica usada em boa escala pelas parlamentares de esquerda para construir lugar de fala ancorado na noção de do *ethos* de honestidade da Presidente.

Abaixo os exemplos do quadrado ideológico, no trecho elencado de Fátima Bezerra, onde há a comparação entre Dilma e o deputado federal Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, que acolheu a denúncia que culminou no impedimento. No de Lúcia Vânia, favorável ao impedimento, mesmo sendo do espectro ideológico de esquerda, observa-se a incredulidade em relação à presidente Dilma e também ao vice, Michel Temer. No recorte de Gleisi Hoffmann, a constatação do quão maléfica seria a gestão do vice-presidente. E no de Simone Tebet, partidária do vice-presidente, a defesa do mesmo:

Não é ela que possui contas no exterior e que ocultou do conhecimento público a existência de bens pessoais. **Não é contra ela que pairam suspeitas** de desvios de dinheiro público (Bezerra, 2016, p. 35, grifo nosso).

É ilusório pensar que o novo governo, ao assumir no atual contexto político, **terá respaldo para amplas mudanças no ambiente econômico**. (Abrão, 2016, p. 46, grifo nosso).

Nós temos que ter clareza do que está em jogo. Não é o discurso fácil, não é o discurso do medo, **não é o discurso do “nós contra eles”**. **É o discurso da realidade**: realidade é emprego; realidade é programa social; realidade são conquistas (Hoffmann, 2016, p. 35, grifo nosso).

Dilma viu a vitrine de seu governo, os programas sociais, se desintegrar, se desidratar. Não havia dinheiro. **Não é Temer que está cortando os programas sociais.** Ela que mandou para esta Casa ano passado um orçamento diminuindo em 87% os recursos para os programas sociais (Tebet, 2016, p.105, grifo nosso).

As parlamentares que eram favoráveis ao impedimento, optaram por não abordar a integridade de caráter da presidente e excetuaram ou citaram de maneira implícita a figura moral da mesma. As senadoras contrárias ao *impeachment*, construíram seus pronunciamentos com base no lugar de fala que defendia o *ethos* da honestidade a justificativa para se manter Dilma Rousseff no cargo. As favoráveis, por sua vez, embora não tivessem colocado, uma única vez, dúvidas sobre visão das defensoras de Dilma, enfatizavam que este não era o único requisito para que a governante seguisse no cargo e construíram um lugar de fala calcado no *ethos* da incompetência e arrogância da presidente.

Nenhuma das parlamentares levantou suspeitas em relação à honestidade da presidente da República, independente do espectro ideológico. Dos 33 pronunciamentos da senadora de direita, Ana Amélia, em 26 a presidente foi diretamente citada. E, embora fossem falas contundentes contrárias à chefe do Executivo, Ana Amélia ressaltou a conduta moral de Dilma e acusou a base de apoio parlamentar da governante, em dois momentos, de abandoná-la na condução política do país. Recorreu, portanto a um lugar de fala que enfatizava supostos desvios de conduta de Rousseff.

Das parlamentares que eram a favor do impedimento, apenas Marta Suplicy se eximiu de emitir juízo de valor sobre a presidente Dilma no único pronunciamento sobre o *impeachment*. Maria do Carmo Alves, que também falou sobre o impedimento apenas uma vez, tratou da presidente de forma implícita, com ênfase ao comportamento político, no qual enunciado recorre ao *pathos* para conduzir ao *ethos* da incompetência da governante:

A **falta de governabilidade** neste momento de grave crise econômica atingiu em cheio a classe trabalhadora brasileira, e hoje mais de 11 milhões de desempregados perambulam pelas ruas sem saber como voltar para casa sem o sustento de suas famílias (Alves, 2016a, p. 122, grifo nosso).

Simone Tebet e Rose de Freitas, de centro; e Lúcia Vânia, de esquerda; favoráveis ao afastamento, buscaram se ater a aspectos técnicos e políticos. Trata-se de uma estratégia retórica de recorrer a um lugar de fala supostamente de maior aceitação social. Lúcia Vânia teceu comentários

à presidente Dilma em cinco das 11 intervenções em que abordou o *impeachment*. De acordo com a senadora, o impedimento era o ato final de problemas políticos iniciados em 2015 e dizia considerar que houve falta de diálogo com o Congresso Nacional, sobretudo, devido à personalidade de Dilma, colocado de forma implícita. Simone Tebet também evitou abordar aspectos pessoais da mandatária do Executivo e a citou em quatro dos 15 pronunciamentos em relação ao assunto; entretanto, era taxativa quanto à convicção de que Dilma havia cometido crime de responsabilidade no cargo.

Diante de uma dívida pública que cresce explosivamente, o **conflito político aprofundou a paralisia decisória** que impede o País de enfrentar os seus problemas econômicos. [...] **O afastamento da presidente abre caminhos para a retomada do diálogo** entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional, indispensável para aprovar as medidas que permitirão a retomada do crescimento e, conseqüentemente, do emprego (Abrão, 2016, p. 46, grifo nosso).

De manobras fiscais foram mais de 55 bilhões. Chega 2013, essas manobras são insuficientes. É preciso pedalar, e a **presidente pedalou - pedalou em 2013, 2014 e 2015** (Tebet, 2016, p. 104, grifo nosso).

Rose de Freitas citou a presidente Dilma em dois momentos, das cinco vezes em que usou a palavra para tratar a questão. Freitas, que em 2015 foi eleita a primeira mulher presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), criticou a condução da política econômica em suas duas intervenções e, em uma delas, também enfatizou a dificuldade em dialogar com a presidente da República, reforçando um lugar de fala que ressaltava a falta de habilidade de articulação política de Rousseff: “A verdade é que essa **falta de diálogo** e a falta de ações levaram o Congresso Nacional fragilizado e o governo fragilizado ao desequilíbrio total das contas públicas” (Freitas, 2016, p. 101, grifo nosso).

Todas as senadoras do espectro ideológico de esquerda, exceto Lucia Vânia, recorreram ao lugar de fala calcado no *ethos* de honestidade em torno da figura da presidente Dilma Rousseff. Ressaltaram a condição de lisura e retidão da chefe de Estado, em contraponto aos adversários políticos. Os enunciados referentes ao caráter positivo da presidente eram inseridos nos mais diferentes contextos. Abaixo, Ângela Portela se vale da **lógica da equivalência** e adenda ao enunciado que a “agressão” de abrir um processo contra Dilma era também atentar contra a sociedade.

Mas não está sendo tramada uma agressão apenas a uma **mulher honrada** como Dilma Rousseff. Está sendo urdido também um atentado contra os direitos sociais duramente conquistados pelo povo brasileiro há décadas (Portela, 2016, p. 16, grifo nosso).

Uma presidenta honesta e legitimamente eleita não pode ser derrubada apenas porque a oposição não gosta dela [...] (Portela, 2016, p. 11, grifo nosso).

A senadora Regina Sousa, no trecho abaixo, destaca, por meio da **lógica da diferença**, que a presidente buscou, inclusive, combater a corrupção e foi impedida pelos parlamentares do Congresso Nacional. No trecho de Fátima Bezerra, outro exemplo onde recorre ao *pathos* para enfatizar o caráter correto de Dilma Rousseff.

Valia tudo no propósito de derrubar a Dilma. Dizia-se da necessidade de um ajuste fiscal. Quando ele veio, dificultou-se a sua aprovação. A Presidenta enviou para o Congresso um **pacote anticorrupção, que sequer foi lido** (Sousa, 2016, p. 94, grifo nosso).

Querem condenar uma presidente inocenta [sic], **honesto**, que não cometeu crime nenhum. Isso é uma infâmia! Esse talvez seja um dos aspectos mais sórdidos, mais repugnantes, mais revoltantes dessa farsa (Bezerra, 2016, p. 70, grifo nosso).

Kátia Abreu, de centro, defendeu a presidente Dilma em cinco das nove intervenções orais que fez sobre o impedimento. Enfatizou, em três pronunciamentos, um realizado em 09/08/2016 e dois em 29/08/2016, dos quais um está destacado abaixo, a política agrícola da presidente da República, recorrendo a um lugar de fala relacionado ao *ethos* de competência de Rousseff. Uma das acusações do processo incluía operações com a política pública denominada Plano Safra, área de grande conhecimento da senadora, que ainda integrava a chamada Bancada Ruralista:

A presidente Dilma foi, inúmeras vezes, atacada, agredida pelo seu próprio partido, por membros do seu próprio Partido e de partidos da Base para que mudasse o ministro da Justiça porque ele não tinha controle sobre a Polícia Federal. E a presidente se manteve altiva. (Abreu, 2016, p. 70, grifo nosso).

Vanessa Grazziotin e Fátima Bezerra valorizaram, na maioria de suas falas, as conquistas sociais do próprio grupo político. Todas as senadoras de direita e de centro, bem como Ângela Portela, Lídice da Mata e Lúcia Vânia, de esquerda, se abstiveram de adjetivar seus oponentes. Ana Amélia, Simone Tebet, Rose de Freitas e Lúcia Vânia exploraram os números da economia para ratificar as falhas dos seus adversários na condução político-econômica do país.

7 O sexo como posição social: “impediram porque era mulher”

Steil (1997) recorre aos aspectos da teoria da identidade social e da perspectiva de poder nas organizações como variáveis explicativas para a existência de um **teto de vidro** que impede a ascensão das mulheres a postos elevados no mercado de trabalho. Existem poucos estudos sobre o “teto de vidro” no âmbito do cenário político brasileiro, entretanto, alguns apontam para a existência desse teto em outras democracias, como a norte-americana por exemplo (Palmer; Simon, 2008). As senadoras de esquerda, a exceção de Lúcia Vânia, buscaram, ao lado dos argumentos jurídicos e políticos, enfatizar a condição de mulher da presidente da República para justificar o desejo dos oponentes de impedi-la de continuar sua segunda gestão, conforme excertos abaixo de Gleisi Hoffmann e Regina Sousa dirigindo-se à própria Dilma Rousseff, em sua oitava no Senado Federal.

A política não veste saias, Presidenta. Por enquanto, não ainda. Ela ainda é um ambiente **misógino** (Hoffmann, 2016, p. 58, grifo nosso).

Minha **Presidenta**, o recado que eles estão dando nesse processo é também para todas as mulheres que lutam, é o recado do **machismo**, do **patriarcado**, do **colonialismo** ainda arraigado nas mentes deste País. (Sousa, 2016, p. 71-72, grifo nosso).

A sub-representação feminina na política, estudada já há algumas décadas nas ciências sociais, foi bastante explorada pelas senadoras do espectro ideológico de esquerda. Importante reiterar que estas senadoras sempre se referiam à presidente Dilma como presidenta (a língua brasileira permite a variação de gênero); o que vai ao encontro da constatação de Van Dijk (1997) de que a repetição semântica é uma das principais estratégias para chamar a atenção aos significados preferidos dos oradores políticos, bem como para melhorar a construção de tais significados em modelos mentais e sua memorização.

Charaudeau (2016) explica que o *pathos*, enquanto estratégia discursiva, é o processo no qual se quer cativar o indivíduo por meio de suas emoções, levando-o a adotar o ponto de vista daquele que está comunicando. Viu-se frequentemente nos enunciados das senadoras de esquerda, que tratavam da participação feminina na política, a retórica voltada para o *pathos*. Em dois momentos, Ângela Portela, recorre ao sentimento da tristeza (no primeiro recorte) e medo (no segundo recorte) quando lembra que as mulheres, principalmente as mais pobres, serão afetadas com o *impeachment*, e corrobora seu argumento com a constatação de que a equipe ministerial do presidente em exercício, Michel Temer, era composta somente de homens.

Não estaremos apenas afastando uma **mulher** escolhida pela maioria do povo brasileiro. Estaremos afastando também uma proposta de governo vitoriosa nas urnas e, com ele, um projeto generoso de redesenho da sociedade, com inclusão das mulheres. (Portela, 2016, p. 52, grifo nosso).

Está sendo julgada aqui, por incrível que pareça, uma **mulher** contra a qual não pesa qualquer denúncia de corrupção, uma **mulher** honesta. [...] Tememos pelas conquistas das **mulheres** (Portela, 2016, p. 79, grifo nosso).

Ângela Portela usou o termo **mulher** 21 vezes ao se referir à presidente da República, na maioria das vezes com adjetivos como “mulher honesta” e “mulher honrada”. Fátima Bezerra também recorreu ao *pathos* em suas intervenções orais e em 30 momentos diferentes usou a palavra **mulher** atrelada ao nome de Dilma, também com adjetivos como “íntegra”, “honesto” e “ética”. Abaixo dois recortes, o primeiro de Fátima e o segundo de Gleisi Hoffmann, no qual a primeira deixa implícito e a segunda, explícito, que o impedimento da presidente tinha motivações de gênero.

Por todo o País estão acontecendo manifestações de artistas mulheres que se negam a aceitar que **lugar de mulher é apenas no lar**. Isso para citar só algumas (Bezerra, 2016, p. 14, grifo nosso).

Não há como negar a **forte dose de misoginia que perpassa a oposição à Presidenta**. [...] **Sentimentos machistas** não suficientemente domados afloram e engrossam o coro contra Dilma (...) a **tentativa de derrubada da Presidenta tem, então, esse ingrediente: mandar a mulher de volta para casa, de preferência para a cozinha** (Hoffmann, 2016, p. 56, grifo nosso).

A senadora de direita, Ana Amélia; e de centro, Simone Tebet, também buscaram na retórica do *pathos* aplicada à mulher as justificativas para suas posições, favoráveis ao impedimento. Entretanto, deslocaram-se da arena política e trouxeram para o imaginário de quem as ouvia, a identidade das mulheres mais simples. No recorte elencado, o primeiro enunciado está no contexto de uma fala que analisa a anulação da admissibilidade do *impeachment*, determinada pelo presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão (PP - MA), e evoca o imaginário da maternidade; já o segundo, remete o temor à memória das mulheres que, a princípio, não auferem renda. Simone Tebet também usou argumento semelhante, mas apenas uma vez, conforme trecho abaixo.

Ontem foi Dia das Mães, e muitas das mensagens que eu recebi eram de **mães desempregadas** dizendo que apostavam que o Senado iria dar uma **esperança** às novas gerações” (Lemos, 2016, p. 44, grifo nosso).

Quando a **dona de casa** vê o marido perder o seu emprego, ou quando vai à feira ou à quitanda comprar as coisas e vê que a inflação subiu muito e que **ela não compra** as mesmas coisas com o mesmo dinheiro, esse é o reflexo da **irresponsabilidade administrativa**. [...] essa é a consequência de um governo irresponsável (Lemos, 2016, p. 27, grifo nosso).

Desemprego mais inflação: sinônimo de diminuição da renda do trabalhador brasileiro. **Poderíamos explicar para a dona de casa** de uma forma mais simples: ela **vai hoje ao supermercado e não enche mais o carrinho** (Tebet, 2016, p. 46, grifo nosso).

Não é possível afirmar, com base nos achados, se a despolitização nos pronunciamentos das senadoras de direita e centro se deu pelo fato de elas ocuparem esse espectro ideológico ou se elas ocupam tais espectros por entenderem que é desnecessário evidenciar a sub-representação feminina na política. Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) caracterizam os partidos de centro como aqueles com programas muito vagos que embora enfatizem princípios políticos liberais, não apresentam de forma significativa uma agenda social ou econômica; e de direita como aqueles que possuem mensagens conservadoras, mas não necessariamente líderes autoritários.

Nas análises, constata-se que apenas as senadoras de esquerda, exceto Lúcia Vânia, entendiam que o impedimento se dava em razão do gênero. Esta última, inclusive, nos 11 pronunciamentos que fez sobre o *impeachment* sequer usou o termo **mulher**; bem como Maria do Carmo Alves, que não abordou as mulheres na única fala que fez sobre o assunto. Kátia Abreu verbalizou a

palavra uma vez, em 29/08/2016, para dizer que tinha orgulho de ter sido escolhida, pela presidente Dilma, a primeira mulher ministra da Agricultura. Também na única manifestação oral, Marta Suplicy usou a palavra **mulher** três vezes e de forma genérica; assim como Rose de Freitas, que o fez, genericamente, apenas uma vez.

As senadoras de esquerda também exploraram com maior constância as mudanças provocadas pelas políticas públicas implementadas e leis aprovadas nos 13 anos de governo do partido da presidente Dilma, o PT, para se referir às outras mulheres. São exemplos: a Lei Maria da Penha, a regulamentação do trabalho doméstico, a Casa da Mulher Brasileira, o Pacto Nacional do Enfrentamento Contra a Violência, a Central de Atendimento à Mulher - Disque 180 e a Lei do Feminicídio, que tipificou o assassinato de mulheres por questões de gênero e o colocou no rol de crimes hediondos.

8 Considerações finais

Somente as senadoras de esquerda, a exceção de Lúcia Vânia, ponderaram que o impedimento era levado a cabo também porque a presidente era mulher. Esse argumento foi exaustivamente explorado pelas senadoras de esquerda, *pari passu* à condição feminina da presidente, foi a de que o *impeachment* era um golpe parlamentar. A retórica de todas elas era de que um conluio da oposição não pretendia retirar apenas a pessoa Dilma Rousseff do poder e sim todo um projeto de governo implantado pela esquerda. A maioria expressou que se Dilma Rousseff fosse um homem, esta ou aquela medida não seria tomada pelos opositores. Entretanto, Vanessa Graziotin e Ângela Portela, por exemplo, admitiam em suas falas a existência de uma crise econômica e Fátima Bezerra e Lídice da Mata, de uma crise política.

Uma das estratégias de retórica mais empregada por todas as parlamentares foi exatamente a do **lugar de fala**, para construir o seu próprio *ethos* discursivo. Todas lançaram mão do próprio **capital de reputação** e, desse modo, emprestaram o sentido e a credibilidade do próprio **lugar de fala** às suas manifestações orais, além de justificar ou escolher os argumentos a partir desse lugar. Assim, constatou-se que Ana Amélia falava do ponto de vista da jornalista; Fátima Bezerra, da professora; Simone Tebet, da advogada; para citar algumas. Secundariamente, a maioria também buscou emprestar o **capital de reputação** e o **argumento de autoridade** de outrem para enriquecer seus atos de fala.

Pretendeu-se com o mapeamento levado a cabo no presente estudo, aportar novos indicativos sobre como as senadoras, no lapso temporal da

tramitação do *impeachment* na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, demonstravam, por meio de seus pronunciamentos, a visão de si mesmas, das demais mulheres e, principalmente, da mulher que ocupava o mais alto cargo político do país. Encontrou-se que as parlamentares de direita e centro raramente trouxeram para o discurso a condição de mulher para justificar qualquer acontecimento concernente ao impedimento. Inclusive, várias delas sequer ocuparam seu tempo de fala para tratar do assunto. Cenário completamente oposto ao das senadoras de esquerda, colocando em relevo as diferenças de perspectiva social que moldam o lugar de fala na política.

As senadoras de esquerda buscaram representar as relações de poder do patriarcado, em seus argumentos, de modo a produzir sentidos que conduziam à verdade de que a presidente Dilma estava sendo impedida por uma farsa institucional, capitaneada por um grupo de homens corruptos, desonestos e traidores, porque ela era mulher e porque combatia a corrupção. Trata-se de um lugar de fala amplamente explorado pela literatura, em razão das heranças patriarcais que ainda hoje interferem na estrutura dos partidos políticos e nas logicas que regem o campo político, conforme abordado anteriormente.

Referências

ABRÃO, Lúcia Vânia. [Pronunciamento de 28 abr. 2016]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, v. 71, n. 57, 29 abr. 2016a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20381>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

ABREU, Kátia Regina. [Pronunciamento de 9 ago. 2016]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, v. 71, n. 125, p. 70, 10 ago. 2016a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20528>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

ÁLVARES, Maria Luzia. “Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares”. In: **Dados**. v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.

ALVES, Maria do Carmo. [Pronunciamento de 11 maio 2016]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, v. 71, n. 64, 12 maio 2016a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20397>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

ALONSO, María Elisa. “El análisis del reclutamiento político desde una perspectiva de género”. In: **Anales del IX Congreso de la Asociación Española de Ciencia Política y Administración**. Madrid, 15-17 de junho de 2009.

AMOSSY, Ruth. “Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares”. In: **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. “Gênero e a distância entre a intenção e o gesto”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 45-68, 2006.

BARRY, Carolina. “Elegir y ser elegida: entre la ley de voto femenino y la ley de Cupo”. In: **Apuntes Electorales**: revista del instituto electoral del estado de México, México, v. 18, n. 60, p. 11-38, 2019.

BEZERRA, Maria de Fátima. [Pronunciamento de 25 ago. 2015]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, v. 70, n. 131, p. 477, 26 ago. 2015a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19749?sequencia=477>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLOGNESI, Bruno. “A cota eleitoral de gênero”. In: **Paraná Eleitoral**, Curitiba, v.1, n.2, 2012.

BOURDIEU, Pierre. “Capital simbólico e classes sociais”. In: **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 105-115, 2013.

CAJADO, Ane Ferrari; CARDOSO, Thiago Dornelles. **Mulheres no Brasil: voto feminino**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábria; BOLOGNESI, Bruno. “Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica”. In: **Análise Social**, Lisboa, n. 229, p. 870-897, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 14. ed. São Paulo: edições Loyola, 2006.

FREITAS, Rosilda [Pronunciamento de 25 abr. 2016]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 54, p. 67, 26 abr. 2016a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20378?sequencia=67>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

GONÇALVES, Fernando José. **Processo de impeachment contra a ex-presidente da república Dilma Rousseff**: a tramitação do processo na Câmara dos Deputados à luz da análise de discurso crítica. 2018. Dissertação (Mestrado profissional em Poder Legislativo) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, 2018.

GRAZZIOTIN, Vanessa. [Pronunciamento de 03 dez. 2015]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 70, n. 196, p. 27, 19 dez. 2015a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19942?sequencia=27>>. Acesso em: 20 de novembro 2020.

HOFFMANN, Gleisi. [Pronunciamento de 14 dez. 2015]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 203, p. 107, 15 dez. 2015. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19969?sequencia=107>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

LEMOS, Ana Amélia. [Pronunciamento de 3 dez. 2015]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, v. 70, n. 196, p. 506, 4 dez. 2015a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19942?sequencia=506>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

MACHADO, Débora G.; CARNEIRO, Luziberto B. “Glass ceiling around the world: o teto de vidro está sendo quebrado?”. In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 8, 2018, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2018.

MATOS, Marlise. “Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010”. In: **Grupo de pesquisa Opinião Pública**. Belo Horizonte: UFMG, [2010].

MIGUEL, Luís Felipe. “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro”. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, 2016.

MORENO, Jorge Bastos. **Ascensão e queda de Dilma Rousseff**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2017.

MORITZ, Maria Lúcia; SCHULZ; Rosângela. “Mulheres vitoriosas na política”. In **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 370-402, 2015.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Jones. **Political recruitment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PINTO, Celi; SILVEIRA, Augusta. “Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)”. In: **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, jan-abr, p. 178-208, 2018.

PORTELA, Ângela. [Pronunciamento de 15 dez. 2015]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 70, n. 204, p. 14, 16 dez. 2015a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19989?sequencia=14>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

POTECHI, Bruna. “As mulheres dos estatutos no Congresso Nacional Brasileiro”. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, p. 1-13, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. São Paulo: Pólen Produção Editorial 2019.

SILVA, Luiz Rogério Lopes; SAMPAIO, Rafael Cardoso. “Impeachment, Facebook e discurso de ódio”. In: **Esferas**. Brasília, v. 1, n. 10, p. 95-107, 2017.

SOUSA, Maria Regina. [Pronunciamento de 15 abr. 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, v. 71, n. 49, p. 27, 16 abr. 2016a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20315?sequencia=27>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

SOUZA, Lídice da Mata [Pronunciamento de 11 maio 2016]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 64, 12 maio 2016a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20397>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STEIL, Andrea. “Organizações, gênero e posição hierárquica”. In: **Revista de Administração**, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997.

SUPLICY, Marta. [Pronunciamento de 11 maio 2016]. In **Diário do Senado Federal**: Brasília, v. 71, n. 64, 12 maio 2016. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20397>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

TEBET, Simone. [Pronunciamento de 13 abr. 2016]. In: **Diário do Senado Federal**: Brasília, v. 71, n. 7, p. 34, 14 abr. 2016a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20358?sequencia=34>>. Acesso em: 18 de julho 2020.

VAN DIJK, T. A. “What is political discourse analysis?”. In: **Belgian Journal of Linguistics**, v. 11, n. 1, p. 11-52, 1997.

ZAMFIRACHE, Irina. “Women and politics: the glass ceiling”. In: **Journal of Comparative Research in Anthropology and Sociology**, Bucharest, v. 1, n. 1, p. 175-185, 2010.

Recebido em fevereiro de 2023.

Aprovado em maio de 2024.